Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Norte do Paraná - Sicoob Norte PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2017 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Norte do Paraná – SICOOB NORTE DO PARANÁ na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 31/03/2017 o SICOOB NORTE DO PARANÁ completou 14 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2017, o SICOOB NORTE DO PARANÁ obteve um resultado de R$ 6.355 antes das destinações, representando um retorno anual de 7,36% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R$ 159.413. Por sua vez a carteira de créditos representava R$ 440.764.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira rural	R$	58.466	13,26	%
Carteira comercial	R$	382.298	86,74	%

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 20,92% da carteira, no montante de R$ 92.196.

4. Captação

As captações, no total de R$ 529.124, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 3,76%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R$	101.535	19,19	%
Depósitos a prazo	R$	427.589	80,81	%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 19,83% da captação, no montante de R$ 104.968.

5. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do SICOOB NORTE DO PARANÁ era de R$ 86.335. O quadro de cooperados era composto por 30.262 cooperados, havendo um acréscimo de 5,07% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB NORTE DO PARANÁ adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB., que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2018, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2017, todos os membros efetivos do conselho fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB NORTE DO PARANÁ aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2017, a ouvidoria do SICOOB registrou 80 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelo SICOOB NORTE DO PARANÁ. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 80 reclamações, 49 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente."

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

LONDRINA / PR, 28 de fevereiro de 2018.

Emerson Ferrari
Diretor Presidente

Ademir Aparecido de Lucca
Diretor Administrativo e Financeiro

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	498.396	435.131
Disponibilidades	5.882	4.317
	Depósitos a vista	101.535
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4)	78.736	30.399
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	159.413	203.954
Operações de Crédito (Nota 6)	231.520	177.578
Operações de crédito	246.257	187.485
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(14.737)	(9.907)
Outros Créditos (Nota 7)	4.406	6.168
Créditos por Avais e Fianças Honrados	927	1.536
Rendas a Receber	1.269	2.593
Diversos	4.216	3.416
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(2.006)	(1.377)
Outros Valores e Bens (Nota 8)	18.439	12.715
Bens não de uso próprio	18.324	12.564
(Provisões para desvalorizações)		
Despesas Antecipadas	115	151
Não Circulante	182.183	208.882
Realizável a Longo Prazo		
Operações de Crédito (Nota 6)	182.183	208.882
Operações de crédito	194.507	229.002
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(12.324)	(20.120)
Permanente	32.801	32.413
Investimentos (Nota 9)	15.353	15.208
Imobilizado em Uso (Nota 10)	16.319	13.302
Intangível (Nota11)	1.129	3.903
TOTAL DO ATIVO	**713.380**	**676.426**

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	620.710	586.992
Depósitos (Nota 12)	529.124	509.940
83.439		
Depósitos a prazo	427.589	426.501
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos (Nota13)	18.027	-
Relações Interfinanceiras (Nota 14)	51.628	54.581
Relações Interdependências (Nota 15)	9.120	11.421
Outras Obrigações (Nota 16)	12.811	11.050
Cobrança e arrecadação de Tributos e Assemelhados	156	79
Sociais e Estatutárias (Nota 16.1)	2.589	752
Fiscais e Previdenciárias (Nota 16.2)	1.600	1.642
Diversas (Nota 16.3)	8.466	8.577
Exigível a Longo Prazo	6.335	7.271
Relações Interfinanceiras (Nota 14)	6.305	7.151
Relações Interfinanceiras	6.305	7.151
Outras Obrigações	30	120
Diversas (Nota 16.3)	30	120
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)	**86.335**	**82.163**
Capital Social	71.211	73.077
Reserva de Lucros	11.628	9.010
Sobras do Exercício	3.496	76
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**713.380**	**676.426**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Valores expressos em milhares de Reais

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	2º Semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira (Nota 20)	56.197	112.420	108.809
Operações de Crédito	53.115	106.461	108.809
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3.082	5.959	-
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira (Nota 21)	(33.106)	(72.043)	(90.502)
Operações de captação no mercado	(18.385)	(43.117)	(52.357)
Operações de empréstimos e repasses	(2.522)	(5.366)	(5.891)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(12.199)	(23.560)	(32.254)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	23.091	40.377	18.307
Outras Receitas/Despesas (Ingressos/Dispêndios) Operacionais	(17.021)	(27.488)	(9.398)
Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	5.308	10.538	7.978
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	5.364	9.958	8.262
Despesas(Dispêndios) de Pessoal (Nota 22)	(15.549)	(27.895)	(22.920)
Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas (nota 23)	(17.776)	(34.953)	(30.691)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	(386)	(739)	(710)
Outras Receitas(Ingressos) Operacionais (nota 24)	2.664	4.073	7.134
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	7.655	19.847	26.297
Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais (nota 25)	(4.301)	(8.317)	(4.748)
Resultado Operacional	6.070	12.889	8.909
Resultado Não Operacional (Nota 27)	626	244	(55)
Resultado Antes das Destinações Legais	6.696	13.133	8.854
Participações Estatutárias nas Sobras	(9.631)	(9.637)	(8.778)
Fates - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	(317)	(317)	(7)
Fates - Ato não cooperativa (Nota 19)	-	-	(204)
Reserva de Lucros (Nota 18b)	(2.542)	(2.542)	(55)
Juros ao capital (Nota 18d)	(6.772)	(6.778)	(8.512)
Sobras/Perdas Líquido	**(2.935)**	**3.496**	**76**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Valores expressos em milhares de Reais

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal		
Saldo em 31/12/2015	**61.965**	**(177)**	**8.955**	**1.273**	**72.016**
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Ao Capital	1.273	-	-	(1.273)	-
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	12.473	(114)	-	-	12.359
Por Devolução (-)	(10.299)	-	-	-	(10.299)
Sobras ou Perdas Líquidas	8.854	8.854			
Remuneração de Juros ao Capital: (Nota 26)	-				
Provisão de Juros ao Capital	(8.512)	(8.512)			
Subscrição do Juros ao Capital	8.446	-	-	-	8.446
IRRF sobre Juros ao Capital	(490)	-	-	-	(490)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(204)	(204)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
. Fundo de Reserva	-	-	55	(55)	-
. F A T E S	-	-	-	(7)	(7)
Saldos em 31/12/2016	**73.368**	**(291)**	**9.010**	**76**	**82.163**
Destinação de Sobras Exercício Anterior: (Nota 18d)					
Constituição de Reservas	-	-	76	(76)	-
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	2.502	(113)	-	-	2.389
Por Devolução (-)	(10.673)	-	-	(10.673)	
Sobras ou Perdas Líquidas	-	13.133	13.133		
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(6.778)	(6.778)
Subscrição do Juros ao Capital	6.701	-	-	-	6.701
IRRF sobre Juros ao Capital	(283)	-	-	-	(283)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
. Fundo de Reserva	-	-	2.542	(2.542)	-
. F A T E S	-	-	-	(317)	(317)
Saldos em 31/12/2017	**71.615**	**(404)**	**11.628**	**3.496**	**86.335**
Saldos em 30/06/2017	**67.656**	**(363)**	**9.086**	**6.431**	**82.810**
Destinação de Sobras Exercício Anterior: (Nota 18d)	-				
Por Subscrição/Realização	1.357	(41)	-	-	1.316
Por Devolução (-)	(3.816)	-	-	-	(3.816)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	6.696	6.696
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(6.772)	(6.772)
Subscrição do Juros ao Capital	6.701	-	-	-	6.701
IRRF sobre Juros ao Capital	(283)	-	-	-	(283)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-				
. Fundo de Reserva	-	-	2.542	(2.542)	-
. F A T E S	-	-	-	(317)	(317)
Saldos em 31/12/2017	**71.615**	**(404)**	**11.628**	**3.496**	**86.335**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

DESCRIÇÃO	2º Semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016
Sobras/Perdas do Exercício	6.696	13.133	8.854
Ajustes por:	(5.199)	(6.171)	6.211
Provisão para Operações de Crédito	(196)	(2.966)	11.404
Provisão de Juros ao Capital	(6.772)	(6.778)	(8.512)
Depreciações e Amortizações	1.769	3.573	3.319
Aumento (redução) em ativos operacionais	(53.501)	(76.577)	(70.425)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(7.864)	(48.337)	(30.399)
Operações de Crédito	(46.758)	(24.277)	(29.693)
Outros Créditos	846	1.762	(1.760)
Outros Valores e Bens	275	(5.725)	(8.573)
Aumento (redução) em passivos operacionais	6.671	32.781	54.775
Depósitos			
Depósitos a vista	5.600	18.095	(6.329)
Depósitos sob Aviso	(707)	(954)	-
Depósitos a Prazo	(35.424)	2.042	55.645
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	15.078	18.027	-
Outras Obrigações	3.410	1.671	(1.299)
Relações Interdependências	8.983	(2.301)	5.715
Relações Interfinanceiras	9.731	(3.799)	1.043
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(45.333)	(36.834)	(585)
Atividades de Investimentos			
Alienação de Investimento	(144)	(144)	(5)
Aquisição de Imobilizações de Uso	(1.649)	(3.225)	(6.916)
Aplicação no Intangível	(1.056)	(592)	(1.609)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(2.849)	(3.961)	(8.530)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.316	2.389	12.359
Devolução de Capital à Cooperados	(3.816)	(10.673)	(10.293)
Estorno de Capital	-	-	(6)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(204)
FATES - Destinação LEGAL	(317)	(317)	(7)
Subscrição do Juros ao Capital	6.701	6.701	8.446
IRRF sobre Juros ao Capital	(283)	(283)	(490)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	3.601	(2.183)	9.805
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(44.581)	(42.978)	690
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Inicio do Período	209.875	208.272	207.582
No Fim do Período	165.294	165.294	208.272
Variação Líquida das Disponibilidades	(44.581)	(42.978)	690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO NORTE DO PARANÁ - SICOOB NORTE DO PARANÁ**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **31/03/2003**, filiada à **CCC UNICOOB – SICOOB CENTRAL UNICOOB** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB NORTE DO PARANÁ** possui 24 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **LONDRINA - PR, ROLÂNDIA - PR, IBIPORÃ - PR, ASSAÍ - PR, CAMBÉ - PR, CORNÉLIO PROCÓPIO - PR, JACAREZINHO - PR, SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - PR, BANDEIRANTES - PR, ANDIRÁ - PR, CAMBARÁ - PR, SERTANÓPOLIS - PR, RIBEIRÃO CLARO - PR, JATAIZINHO - PR, GUAPIRAMA - PR, SANTA MARIANA - PR, ALVORADA DO SUL - PR**

O **SICOOB NORTE DO PARANÁ** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em16/02/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL UNICOOB** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183 . O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Como evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017, citamos o complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R$ 5.531.658,76 realizado em 31/01/2018, proveniente de reclassificação de risco de crédito para nível "H" de operações de crédito com associado em recuperação judicial. Vale ressaltar que a cooperativa acatou as recomendações do Banco Central, que por intermédio de ofício determinou a classificação de risco dessa operação para o nível "E" na data base de 31/12/2017.

4. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de Dezembro de 2017** e **2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cotas De Fundos De Investimento	78.736	30.399
TOTAL	**78.736**	**30.399**

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL UNICOOB**, com remuneração de, aproximadamente, 9,6452 do CDI.

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de **2017** e **2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	159.413	203.954
TOTAL	**159.413**	**203.954**

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL UNICOOB** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

I. Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo.
II. Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.
III. Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor.
IV. Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na dará da aquisição.

A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de 100,16 % (2016 – 98,43 %) do CDI e sua liquidez é imediata, desde que a cooperativa filiada mantenha 20% do saldo médio dos seus depósitos junto ao Sicoob Central Unicoob. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a remuneração da centralização financeira foi de R$ 19.847 (2016 - R$ 26.297), respectivamente, registrada no grupo "Ingresso de Depósitos Intercooperativos" da demonstração das sobras ou perdas.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	1.745	-	1.745	2.381
Empréstimos	161.448	189.015	350.463	310.666
Títulos Descontados	27.564	4	27.568	38.487
Financiamentos	1.054	1.468	2.522	1.979
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	54.446	4.020	58.466	62.974
(-) Provisões para Operações de Crédito	(14.737)	(12.324)	(27.061)	(30.027)
TOTAL	**231.520**	**182.183**	**413.703**	**386.460**

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	-	Normal	17.048	-	-	-	17.048	-	14.971	-
A	0,5%	Normal	123.264	665	1.231	27.848	153.008	(765)	166.461	(832)
B	1%	Normal	82.553	5.859	914	25.018	114.344	(1.143)	100.126	(1.001)
B	1%	Vencidas	940	-	5	587	1.532	(15)	1.287	(13)
C	3%	Normal	76.466	4.133	174	4.917	85.690	(2.571)	73.158	(2.195)
C	3%	Vencidas	15.173	121	7	-	15.301	(458)	7.423	(223)
D	10%	Normal	7.500	1.540	154	61	9.255	(906)	9.911	(991)
D	10%	Vencidas	7.633	68	5	-	7.706	(771)	6.701	(670)
E	30%	Normal	5.887	438	7	-	6.332	(1.899)	2.703	(811)
E	30%	Vencidas	11.259	94	21	-	11.374	(3.412)	6.467	(1.940)
F	50%	Normal	2.609	182	4	19	2.814	(1.407)	1.158	(579)
F	50%	Vencidas	3.269	94	-	16	3.379	(1.690)	4.508	(2.254)
G	70%	Normal	339	154	-	-	493	(345)	677	(474)
G	70%	Vencidas	3.397	69	-	-	3.466	(2.426)	3.045	(2.132)
H	100%	Normal	1.463	739	-	-	2.202	(2.202)	2.798	(2.798)
H	100%	Vencidas	6.155	895	-	-	7.050	(7.050)	13.593	(13.593)
Total Normal			317.129	13.510	2.484	57.863	390.985	(11.237)	371.464	(9.182)
Total Vencidos			47.796	1.341	38	603	49.779	(15.823)	45.023	(20.845)
Total Geral			**364.925**	**14.851**	**2.522**	**58.466**	**440.764**	**(27.061)**	**416.487**	**(30.027)**
Provisões			**(24.030)**	**(2.418)**	**(47)**	**(566)**	**(27.061)**		**(30.027)**	
Total Liquido			**340.895**	**12.433**	**2.475**	**57.900**	**413.703**		**386.460**	

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	68.028	93.420	189.015	350.463
Financiamentos	304	750	1.468	2.522
Financiamentos Rurais	17.490	36.956	4.020	58.466
TOTAL	**85.822**	**131.126**	**194.503**	**411.451**

(*) não contempla provisão de R$ (27.061), adiantamento a depositantes R$ 1.745 e título descontado R$ 27.568

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.549	21.486	3.719	3.146	29.900	**7%**
Setor Privado - Indústria	188	1.957	2.885	8.332	13.362	**3%**
Setor Privado - Serviços	7.067	193.127	19.722	18.467	238.383	**54%**
Pessoa Física	5.953	116.439	851	28.520	151.763	**34%**
Outros	94	6.871	390	-	7.355	**2%**
TOTAL	**14.851**	**339.880**	**27.567**	**58.465**	**440.763**	**100%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	30.027	18.622
Constituições	332.413	317.146
Reversões	(310.922)	(287.084)
Transferência para prejuízo	(24.457)	(18.657)
TOTAL	**27.061**	**30.027**

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	7.922	2,00%	7.635	2,00%
10 Maiores Devedores	57.323	13,00%	57.122	14,00%
50 Maiores Devedores	154.079	35,00%	154.852	37,00%

(*) não contempla coobrigação (Cartão de crédito) e Grupo Econômico.

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	46.568	28.390
Valor das operações transferidas no período	25.942	20.545
Valor das operações recuperadas no período	(3.476)	(2.270)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(269)	(97)
TOTAL	**68.765**	**46.568**

h) Operações renegociadas:
Durante o exercício de **2017**, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R$ 1.021, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos
Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças honrados	927	1.536
Rendas a Receber	1.269	2.593
Diversos (a)	4.216	3.416
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(2.006)	(1.377)
TOTAL	**4.406**	**6.168**

(a) Refere-se a devedores por compra de valores e bens (R$ 207), impostos e contribuições a compensar (R$ 1.675), títulos e créditos a receber (R$ 488) e devedores diversos (R$ 850).

(a) Refere-se a adiantamentos e antecipações (R$ 660), devedores por compra de valores e bens (R$ 207), devedores por depósitos em garantia (R$ 327), impostos e contribuições a compensar (R$ 1.675), imposto de renda a recuperar (R$ 7), pagamentos a ressarcir (R$ 2), títulos e créditos a receber (R$ 488) e devedores diversos (R$ 850).

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens Não de Uso Próprio (a)	18.269.039	12.501.837
Material em Estoque	54.854	61.198
Despesas Antecipadas (b)	115.381	150.479
TOTAL	**18.439.274**	**12.713.514**

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros e processamento de dados.

9. Investimentos
O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL UNICOOB** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	15.347	15.202
Outras participações	6	6
TOTAL	**15.353**	**15.208**

10. Imobilizado de uso
Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	1.291	1.883	-
Terrenos	60	-	-
Instalações	20.578	7.850	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(10.637)	(781)	-
Móveis e equipamentos de Uso	4.575	3.537	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(1.733)	(1.382)	-
Sistema de Comunicação	644	597	20%
Sistema de Processamento de Dados	4.950	4.368	20%
Sistema de Segurança	859	743	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(4.268)	(3.513)	-
TOTAL	**16.319**	**13.302**	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Intangível

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Outros Ativos Intangíveis	3.642	3.352	20%
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(2.513)	(2.062)	-
Instalações e Adaptação de Dependências	-	10.489	20%
(-) Amortização Acumulada Instalações e Adaptação de Dependências	-	(7.876)	-
TOTAL	**1.129**	**3.903**	-

O intangível refere-se a contrato de cessão para utilização de licenças do software SISBR.

12. Depósitos
É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.
É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	101.535	83.439
Depósito Sob Aviso	5.465	6.420
Depósito a Prazo	422.124	420.081
TOTAL	**529.124**	**509.940**

Os depósitos, até o limite de R$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN n°4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	10.027	2,00%	14.384	3,00%
10 Maiores Depositantes	71.744	14,00%	85.935	17,00%
50 Maiores Depositantes	154.368	29,00%	175.491	34,00%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(597)	(827)
Despesas de Depósitos a Prazo	(41.228)	(49.895)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(283)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.009)	(1.635)
TOTAL	**(43.117)**	**(52.357)**

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos
É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por emissão LCA - Pós - Fixada	18.027	-

14. Relações Interfinanceiras
As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Recursos do Bancoob	2% a 14,60%	01/10/2014	60.344	64.235
(-) Despesa a apropriar Bancoob	-	-	(2.411)	(2.503)
TOTAL			**57.933**	**61.732**

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não circulante	Total	
Repasses interfinanceiros	51.628	6.305	**57.933**	**61.732**

15. Relações Interdependências
Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2017	2016
Ordens de Pagamento (a)	9.120	11.421
TOTAL	**9.120**	**11.421**

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

16. Outras Obrigações
16.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados (a)	335	214
Gratificações e Participações a Pagar	1.788	-
Cotas de Capital a Pagar (b)	466	538
TOTAL	**2.589**	**752**

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.2 Fiscais e Previdenciárias
As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições a recolher	1.600	1.642
TOTAL	**1.600**	**1.642**

16.3 Diversas

Descrição	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não circulante	Total	
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	91	-	91	67
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	960	-	960	581
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	4.706	-	4.706	4.330
Provisão para Passivos Contingentes (b)	-	30	30	120
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas(c)	521	-	521	234
Credores Diversos – País (d)	2.188	-	2.188	3.365
TOTAL	**8.466**	**30**	**8.496**	**8.697**

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal.
(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	30	62	120	72
Outros	-	265	-	314
TOTAL	**30**	**327**	**120**	**386**

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB NORTE DO PARANÁ**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R$ 4.076.
(c) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R$ 521 (R$ 234 em 31/12/2016), referentes aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
(d) Os Credores Diversos classificado em Diversos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Credores Diversos - País	1.709	3.207
Carteira de Cobrança	20	-
Cheques Descontados	107	37
Credores Diversos – Liquidação Cobrança	352	121
	2.188	**3.365**

17. Instrumentos financeiros
O **SICOOB NORTE DO PARANÁ** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.
Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

18. Patrimônio líquido
a) Capital Social
O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.
No exercício de **2017**, a Cooperativa diminuiu seu capital social no montante de **R$ 1.866**.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	71.211	73.077
Associados	30.262	26.862

b) Reserva Legal
Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.
c) Sobras Acumuladas
As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 21/03/2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do fundo de reserva com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2016**, no valor de R$ 76.
d) Destinações estatutárias e legais
A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobra líquida do exercício	13.133	8.854
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(204)
Provisão Juros ao Capital	(6.778)	(8.512)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	6.355	138
Destinações estatutárias	(2.859)	(62)
Reserva legal - 40%	(2.542)	(55)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(317)	(7)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	3.496	76

19. Resultado de atos não cooperativos
O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Receita de prestação de serviços	5.654	3.192
Despesas específicas de atos não cooperativos	(604)	(361)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(2.258)	(1.044)
Valores Conforme Resolução Sicoob Confederação nº 129 e nº 149	(3.985)	(1.636)
Resultado operacional	(1.193)	151
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	605	53
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(588)	204
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(588)	204

20. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.740	2.636
Rendas de Empréstimos	86.875	85.135
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	8.066	11.818
Rendas de Financiamentos	432	711
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	40	48
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	370	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	1.053	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	1.124	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	55	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	29	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	2.871	6.124
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.959	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.806	2.337
TOTAL	**112.420**	**108.809**

21. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Despesas De Captação	(43.117)	(52.357)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(5.366)	(5.891)
Provisões para operações de crédito	(23.560)	(32.254)
TOTAL	**(72.043)**	**(90.502)**

22. Despesas de Pessoal

Descrição	2017	2016
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(66)	(66)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.591)	(1.430)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(5.011)	(4.157)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(5.262)	(4.251)
Despesas de Pessoal - Proventos	(15.486)	(12.923)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(459)	(88)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(20)	(5)
TOTAL	**(27.895)**	**(22.920)**

23. Despesas Administrativas

Descrição	2017	2016
Despesas de Água Energia e Gás	(814)	(833)
Despesas de Alugueis	(3.559)	(2.855)
Despesas de Comunicações	(932)	(869)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(1.396)	(778)
Despesas de Material	(493)	(419)
Despesas de Processamento de Dados	(3.734)	(1.699)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(960)	(770)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(269)	(334)
Despesas de Publicações	(80)	(92)
Despesas de Seguros	(203)	(178)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(4.974)	(6.529)
Despesas de Serviços de Terceiros	(3.210)	(2.848)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(2.689)	(2.489)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.061)	(824)
Despesas de Transporte	(3.398)	(2.542)
Despesas de Viagem ao Exterior	(63)	(35)
Despesas de Viagem no País	(268)	(170)
Outras Despesas Administrativas	(3.277)	(3.109)
Aprovisionamentos e Ajustes patrimoniais	(1.477)	(1.785)
Despesas de Depreciação	(2.097)	(1.533)
TOTAL	**(34.953)**	**(30.691)**

24. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	280	3.942
Rendas Juros Cartão de Crédito	1.522	1.798
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	200	464
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	248	87
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	995	266
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	311	282
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	290	215
Atualização de Depósitos Judiciais	7	4
Outras Rendas Operacionais	220	76
TOTAL	**4.073**	**7.134**

25. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(1.040)	(99)
Despesas de Descontos Concedidos	(6)	(23)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(669)	(1.064)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	(1.249)	(925)
Provisão para Passivos Contingentes	(43)	-
Provisão para Passivos Trabalhistas	(11)	(68)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(23)	(10)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(15)	(7)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(597)	(622)
Outras Despesas Operacionais	(4.323)	(1.703)
Provisão para Garantias Prestada	-	(73)
Garantias Financeiras Prestadas	(341)	-
Outras Provisões Operacionais	-	(154)
TOTAL	**(8.317)**	**(4.748)**

26. Provisão de Juros ao Capital
A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

27. Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	940	637
Ganhos de Capital	76	43
Ganhos de Aluguéis	22	-
Outras Rendas não Operacionais	367	136
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(147)	(499)
(-) Perdas de Capital	-	(1)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(531)	(308)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(483)	(63)
Resultado Líquido	**244**	**(55)**

28. Partes Relacionadas
As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.
As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.
As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.
As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.
Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2017**:

Montante das operações ativas (carteira de crédito)	% em relação à carteira total
2.865	0,54%
Montante das operações passivas (aplicações financeiras)	**% em relação à carteira total**
4.292	0,91%

O valor de R$ 2.865 refere-se a operações de empréstimo e crédito rural concedidas no período de 01/01/2017 a 31/12/2017, somado ao saldo de adiantamento a depositante e utilização de cheque especial e conta garantida em 31/12/2017.

O valor de R$ 4.292 refere-se a recursos de deposito a prazo aplicados no período de 01/01/2017 a 31/12/2017.
Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2017:

Operações ativas – Saldo em 31/12			
Natureza da operação de crédito	Valor da operação de crédito	PCLD	% da operação de crédito em relação à carteira total
Cheque especial e conta garantida	30	1	0,01%
Adiantamento a depositantes	1	-	0,00%
Empréstimos e financiamentos	4.366	27	0,99%
Títulos descontados	13	-	0,00%

Operações passivas – Saldo em 31/12		
Aplicações financeiras	% em relação à carteira total	Taxa média - %
6.380	1,5%	95,57% CDI

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.
As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Total de Coobrigações:	
Coobrigações	282

No exercício de **2017** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R$)	
Honorários	(1.588)
Encargos Sociais	(283)

29. Cooperativa Central
A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO NORTE DO PARANÁ - SICOOB NORTE DO PARANÁ - SICOOB NORTE DO PARANÁ, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.
O SICOOB CENTRAL UNICOOB, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.
Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL UNICOOB a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.
O SICOOB NORTE DO PARANÁ responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL UNICOOB:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo	174.766	219.162
Centralização Financeira	159.413	203.954
Investimentos	15.353	15.208
Passivo	-	-
Obrigação por Empréstimos e Repasses	-	-

Os auditores independentes responsáveis pelo exame das demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL UNICOOB, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitiram relatório de auditoria datado de 25 de janeiro de 2018, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

30. Gerenciamento de Risco
30.1 Risco operacional
As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

30.2 Risco de Mercado e de Liquidez
O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Norte do Paraná objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8º Resolução CMN 4.090/2012, o Sicoob Norte do Paraná aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).
No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o Sicoob Norte do Paraná possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

30.3 Risco de Crédito
O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Norte do Paraná objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Norte do Paraná aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Norte do Paraná possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

30.4 Gerenciamento de capital
A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Norte do Paraná objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.
Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Norte do Paraná aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

30. Coobrigações e riscos em garantias prestadas
Em **31 de Dezembro de 2017**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R$ 28.990 (R$ 21.662 em 31/12/2016), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

31. Seguros contratados – Não auditado
A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índice de Basileia
As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	85.956	79.177
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	508.368	448.026
Índice de Basileia (mínimo 13%) - %	16,91	17,67
Imobilizado para cálculo do limite	17.075	14.223
Índice de imobilização (limite 50%) - %	19,86	17,96

33. Outros assuntos
Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º.3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.
Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atende-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

LONDRINA-PR, 31 de dezembro de 2017

ADEMIR APARECIDO DE LUCCA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

EMERSON FERRARI
DIRETOR PRESIDENTE

ELENICE DA ROCHA SOARES PELISSON
CONTADORA 050229/O4 PR

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e aos Cooperados da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO NORTE DO PARANÁ - SICOOB NORTE DO PARANÁ Londrina/PR

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Norte do Paraná - Sicoob Norte do Paraná, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Norte do Paraná - Sicoob Norte do Paraná em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
As demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Norte do Paraná - Sicoob Norte do Paraná para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtida até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 16 de fevereiro de 2018.

Edimilson Artilha Vieira
Contador - CRC – SP 280575/O
CNAI 4726

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Londrina/PR, 16 de fevereiro de 2018.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Norte do Paraná - Sicoob Norte do Paraná e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Respectivo Parecer dos Auditores Independentes, documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Com base nos nossos exames e no Parecer da Auditoria Independente, emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos associados.

Atenciosamente,

João Darqui de Castro Vieira
Conselheiro

Marcello Scandelae
Conselheiro

Marcelo Odetto Esquiante
Conselheiro